



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Ofício nº 770/2024/SUPEL-CPLO

À EMPRESA

ASSUNTO: Resposta à Impugnação, referente ao PE nº 90124/2024/SUPEL/RO.

Com os cumprimentos, em resposta à Impugnação, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90124/2024/SUPEL/RO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0069.003528/2023-41/SEOSP/RO**, que tem como objeto o "Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, incluindo estudos, relatórios, memoriais descritivos e orçamentos, sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço unitário, para atender a Secretaria de Estado de Oras e Serviços Públicos - SEOSP.", encaminhado a esta Comissão de Contratação de Obras, a qual tramitou ao Corpo Técnico da SEOSP/RO, onde o mesmo procedeu com a análise e emissão de resposta através da **Informação nº 14/2024/SEOSP-ASCPO**, conforme segue:

DO QUESTIONAMENTO (SÍNTESE):

"O material cita que "a maioria dos programas BIM pode abrir um arquivo IFC", mas não que esta é a única forma de acesso à arquivos modelados utilizando a metodologia BIM.

Solicitar que a utilização de BIM seja demonstrada unicamente através de IFC é arbitrária e limitadora a uma tecnologia que comporta diversos tipos de formatos, tratando-se de item restritivo, e que inviabiliza a concorrência, ou seja, trata-se de item que jamais deveria fazer parte de qualquer Edital licitatório.

(...)

Desta forma, demonstrado tecnicamente, as formas pretendidas pela Administração Pública no subitem 12.4.2, alínea "a" e "b" são mecanismos que implicam em restrição nociva à competitividade da licitação, que prejudicam a formulação de propostas e compromete as condições de prosseguimento da licitação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

(...)

Em face dos aspectos técnicos esposados, há incompatibilidades que afrontam os princípios da isonomia e da ampla competitividade."

DO EMBASAMENTO LEGAL:

Sob os aspectos legais em 2021, o Brasil atualizou suas regras sobre como o governo deve fazer compras e contratações. A nova Lei de Licitações e Contratos ([Lei nº 14.133/21](#)) trouxe uma grande novidade: ela pede que o BIM seja usado nas construções do governo, isso que as obras públicas, obrigatoriamente serão planejadas de acordo com o estabelecido no dispositivo legal:

"Art. 19 Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

§ 3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling- BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la."

Considerando ainda a necessidade de aprovação de projetos junto ao Governo Federal como pré-requisito para a formalização de convênios e repasse de recursos é importante citar ainda a obrigatoriedade estabelecida no [**DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020:**](#)

"Art. 4º A implementação do **BIM** ocorrerá de forma gradual, obedecidas as seguintes fases:

I - primeira fase - a partir de 1º de janeiro de 2021, o **BIM** deverá ser utilizado no desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, referentes a construções novas, ampliações ou reabilitações, quando consideradas de grande relevância para a disseminação do **BIM**, nos termos do disposto no art. 10, e abrangerá, no mínimo:

a) a elaboração dos modelos de arquitetura e dos modelos de engenharia referentes às disciplinas de:

1. estruturas;
2. instalações hidráulicas;
3. instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado; e
4. instalações elétricas;

b) a detecção de interferências físicas e funcionais entre as diversas disciplinas e a revisão dos modelos de arquitetura e engenharia, de modo a compatibilizá-los entre si;

c) a extração de quantitativos; e

d) a geração de documentação gráfica, extraída dos modelos a que se refere este inciso;

II - segunda fase - a partir de 1º de janeiro de 2024, o **BIM** deverá ser utilizado na execução direta ou indireta de projetos de arquitetura e engenharia e na gestão de obras, referentes a construções novas, reformas, ampliações ou reabilitações, quando consideradas de grande relevância para a disseminação do **BIM**, nos termos do disposto no art. 10, e abrangerá, no mínimo:

a) os usos previstos na primeira fase;

b) a orçamentação, o planejamento e o controle da execução de obras; e

c) a atualização do modelo e de suas informações como construído (**as built**), para obras cujos projetos de arquitetura e engenharia tenham sido realizados ou executados com aplicação do **BIM**;

[...]

Art. 6º A obrigação de o contratado utilizar o **BIM** deverá abranger, no mínimo:

I - os usos do **BIM** a que se refere o art. 4º, obedecidas as suas fases de disseminação;

II - **a disponibilização dos arquivos eletrônicos, que deverão conter os modelos e os documentos técnicos que compõem o projeto de arquitetura e engenharia, em formato aberto (não proprietário) e em outro formato exigido pela contratante no edital de licitação;**

III - o atendimento das exigências do órgão ou da entidade contratante em relação aos níveis de detalhamento e de informação requeridos nos projetos de arquitetura e engenharia;"

Pois bem, a simples leitura dos dispositivos acima citados demonstra que caso o Estado não elabore seus projetos dentro da plataforma BIM não obterá a devida aprovação em convênios e contratos.

DO EMBASAMENTO TÉCNICO:

Arquivo IFC (ISO 16739:2013) - O IFC (Industry Foundation Classes) é um arquivo com formatação própria que permite relacionar e descrever objetos e dados de um modelo 3D, seja de arquitetura ou de engenharia. Por ser um formato de arquitetura aberta e neutra (não pertence a nenhuma fabricante de software), permite o compartilhamento de modelos para uma plataforma BIM. Este formato foi desenvolvido pela BuildingSMART que é uma organização internacional e sem fins lucrativos.

O IFC (Industry Foundation Classes) é um padrão de intercâmbio de dados desenvolvido para o setor de construção civil. Ele é utilizado para representar informações relacionadas a um projeto de construção de forma digital, permitindo a troca de informações entre diferentes softwares e sistemas sem perda de dados ou tradução manual. Em outras palavras, o IFC atua como uma linguagem comum que permite que diferentes softwares “conversem” entre si, independentemente de suas origens ou finalidades específicas.

Do projeto à realização de uma obra, há o envolvimento de vários profissionais, onde cada um opera dentro da própria área de interesse. Torna-se importante, estratégias interessadas com a possibilidade de troca de informações a fim de colaborar de forma eficaz com a realização de um projeto compartilhado.

É neste momento que se torna necessário um formato padrão, que permita a interoperabilidade e o intercâmbio de dados, sem erros ou perda de informações, viabilizando a comunicação entre plataformas falando um única “língua” na construção digital.

DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).".

Assim, a finalidade da licitação é permitir que o Poder Público adquira bens, obras e serviços, da forma mais vantajosa aos cofres públicos, de forma que os recursos financeiros do Estado sejam utilizados da forma mais econômica possível, em razão princípio da indisponibilidade do **interesse** público, assim a necessidade de procedimento licitatório para contratações é exigência que atende não apenas a legalidade, mas também o interesse público. Se o administrador desobedece esta imposição, agride o interesse público que, sendo indisponível, não pode ser desrespeitado.

Logo, de pouco ou quase nada valeria a aquisição de produtos com especificações que não fossem compatíveis com os sistemas dos quais dispõe a Administração. No caso em tela para que o contratante possa fazer uso pleno do objeto requer-se que estes o sejam na extensão IFC, que conforme tecnicamente demonstrado consiste na ferramenta que permite a troca de informações entre diferentes softwares, portanto a aquisição previamente estabelecida pretende atender o interesse público, a eficiência em total consonância com os princípios basilares da Lei.

Ressalvamos que a jurisprudência é ampla no sentido de que poderão ser admitidos para fins de qualificação técnica, atestados com características semelhantes ou de complexidade até superior.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, esta Secretaria, consubstanciado pelos procedimentos adotados em prol dos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, SMJ, INDEFERE o pedido de impugnação interposto pela [REDACTED]

Face ao exposto, salientamos que o Edital e seus anexos, bem como a data da sessão inaugural permanecem inalterados, mantendo a Abertura de Licitação para o dia **15 de maio de 2024, às 10h (horário oficial de Brasília)**, eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede da SUPEL, sito à Avenida Farquar, nº 2986, Palácio Rio Madeira - Bairro Pedrinhas - Tel.: (69) 3212-9243- Porto Velho - RO, no

site www.rondonia.ro.gov.br/supel, bem como através do e-mail: cplo.supel.ro@gmail.com, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h30min.

Porto Velho - RO, 02 de maio de 2024.

Atenciosamente,

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente da CPLO/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 02/05/2024, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0048306750** e o código CRC **7A859DA3**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0069.003528/2023-41

SEI nº 0048306750